

## JFN e Repemir como geradores de sinergias



Existe forte relação sinérgica entre uma área florestal e suas respostas ao ambiente e à sociedade como um todo. É incontestável que a floresta proporciona o máximo de resultado e recebe, de maneira geral, o mínimo; a floresta consegue integrar e desenvolver múltiplas ações de sinergia com diversas políticas públicas; e, por sua posição transversal, integra as inúmeras disciplinas ambientais, independentemente de onde estão situadas, respondendo pelos melhores resultados na geração de bens e benefícios à sociedade onde se localizam.

Numerosos são os exemplos bem-sucedidos das respostas obtidas pelas comunidades que vivem no entorno e nas formações florestais. Assim, os mais de 750 mil produtores de madeira da Finlândia; as comunidades de ribeirinhos, indígenas e quilombolas que vivem na Amazônia; os planos de manejo florestal em regime de rendimento sustentado adequadamente desenvolvidos nas florestas tropicais; os programas de fomento e extensão florestais praticados por corporações consumidoras de grandes volumes de madeira, e outros comprovam que quanto maior a sinergia, melhor será o resultado para atender ao tripé da sustentabilidade.



Os engenheiros florestais aprendem que é importante identificar nas atividades produtivas ou de proteção ambiental a sinergia entre as funções da floresta e que ela é fundamental para a sustentabilidade. "

**Joésio Deoclécio Pierin Siqueira**

Vice-Presidente da STCP - Engenharia de Projetos

Os engenheiros florestais aprendem que é importante identificar nas atividades produtivas ou de proteção ambiental a sinergia entre as funções da floresta e que ela é fundamental para a sustentabilidade. Temos que trabalhar os múltiplos interessados, de forma a estabelecer um nível de relacionamento integrado e que permita privilegiar todos os interesses, pois a ausência de um trará sérias consequências negativas ao outro e/ou a todos os envolvidos.

Isso posto, no final da década de 70, século passado, fui responsável por desenvolver e implantar a metodologia para o único Inventário Florestal Nacional – IFN (concluído e publicado em 1983), como base à estruturação de políticas públicas adequadas ao uso racional e sustentado dos recursos florestais existentes no Brasil, visando gerar respostas econômicas e sociais aos diversos estados. Esse inventário foi realizado pelo IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, e contou para agilizar os processos de execução, com a parceria de oito universidades federais que possuíam cursos de Engenharia Florestal e do auxílio do Projeto RadamBrasil e do Centro Tecnológico de Minas Gerais.



Foi idealizado para a estruturação das políticas públicas que efetivassem o adequado uso dos recursos florestais no Brasil e objetivou, estrategicamente, apresentar, de acordo com Mauro Silva Reis, à época presidente do IBDF, “as informações capazes de permitir a avaliação da dinâmica temporal dos recursos florestais e de subsidiar o processo decisório no que se refere às diretrizes nacionais/regionais de utilização e preservação destes recursos”.

Os resultados obtidos, após sua execução, ainda no ano de 1983, permitiram que o setor florestal contribuísse de forma significativa para:

- 1.) Programa de Mobilização Energética, via Comissão Nacional de Energia, ao propor, pela primeira vez no Brasil, a utilização da biomassa para a geração de energia;
- 2.) a ampliação da produção de celulose e papel, via novas unidades produtivas, e a ampliação das plantas existente;
- 3.) novos produtos, as chapas de madeira, de OSB, MDF e os engenheirados (pisos, mass timber);
- 4.) implantação de unidades industriais para madeira sólida (florestas plantadas);
- 5.) à substituição de lâmina de madeira nativa pela originada das plantações florestais na produção de chapas de compensado; e,

6.) base de sustentação, pelo conhecimento do potencial florestal, aos planos de manejo em regime de rendimento sustentado nas florestas nativas.

Desse modo, o Inventário Florestal Nacional foi um exemplo sólido e eficiente de sinergia onde, através da efetiva colaboração de todos os atores envolvidos com o setor florestal, se concretizaram as bases do conhecimento do potencial florestal à sua transformação para geração de respostas adequadas ao desenvolvimento do Brasil.

Ainda no início dos anos 1980, reativei um projeto que, até hoje, apresenta as melhores respostas sinérgicas por envolver, de forma direta e objetiva, todos os atores da cadeia produtiva florestal, denominado de Reflorestamento de Pequenos e Médios Imóveis Rurais – Repemir. Essa ação foi proposta quando era Diretor do Departamento de Economia Florestal do IBDF, utilizando recursos oriundos do Conselho Nacional do Petróleo – CNP. O objetivo era produzir madeira nas áreas marginais das pequenas e médias propriedades para suprir as necessidades de lenha ou carvão vegetal como fonte de produção de energia em substituição ao óleo combustível ou derivados de petróleo, e fornecer aos proprietários rurais uma fonte de material lenhoso, para que essas propriedades tivessem





autossustentação com madeira de plantações e praticassem a conservação das florestas nativas.

Esse projeto foi uma “cópia” das ações de fomento florestal implementadas pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, para suas necessidades de madeira; depois, abraçada pelo Dr. Asdrúbal Alves, da Champion Celulose, no início da década de 1960, e também adotada pela Duratex, em Jundiáí, pelo Dr. Antônio Sebastião Rensi Coelho. Ambos criadores do fomento florestal no Brasil. Aquele fomento compreendia a doação de mudas, assistência técnica e a promessa, na época da colheita da madeira, de preferência de compra ao doador da muda.

O Repemir foi executado via Secretarias de Meio Ambiente ou de Agricultura dos estados e também pelas prefeituras municipais que demonstravam interesse. Para implementar as normas de execução e a liberação dos recursos, foram assinados convênios entre o interessado e o próprio IBDF/Departamento de Economia Florestal.

Os resultados obtidos em 4 anos de execução desse projeto são mais de 25 mil propriedades contempladas, com reflorestamento e/ou restauração de mais de 150 mil hectares.

A melhor resposta foi o da demonstração de que os fomentos florestais realizados pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro, pela Champion e pela Duratex eram viáveis e traziam a necessária e suficiente resposta para as empresas, especialmente os grandes consumidores, uma forma de complementar o suprimento de madeira e, ao mesmo tempo, contribuir para uma melhor resposta econômica e social às propriedades do entorno de suas plantas industriais.

Esse sistema e suas sinergias falharam quando começaram as exigências de contratos obrigando a venda de madeira aos fomentadores dessa atividade.

Além desse aspecto, os valores praticados na compra da madeira produzida eram insuficientes para remunerar o produtor florestal. Esses fatos levaram à perda de credibilidade ao fomento e à quebra da sinergia existente.

Assim, apesar da importância do fomento e de sua contribuição ao conteúdo local, o mesmo necessita que haja, sempre, a resposta adequada para todos os atores envolvidos. A insatisfação ou fracasso de um leva necessariamente, à falência do outro. ■

